

ESTUDOS



O NEGRO NO CEARÁ

Raimundo Girão

Para melhor interpretação, o estudo da História do Ceará deve ser feito com a advertência de que só depois de um século do descobrimento cabralino vieram os lusos tentar contato com a região.

Efetivamente, foi em 1603 que o açoriano Pero Coelho de Sousa, residente na Paraíba, chegou às virgens terras cearenses, dirigindo uma **bandeira** e “munido da patente de Capitão-mor das conquistas que fizer”. Constituía-se a expedição de soldados brancos e índios tabajaras e potiguares; e saiu em julho, visando, de modo especial, à serra da Ibiapaba.

Em janeiro de 1604 defrontou-se com esta montanha, a meia-légua de cujo sopé encontrou a primeira resistência dos aborígenes que, aliados a alguns franceses, em número de dezesseis, o receberam a frechas, pedras de funda e tiros de mosquete, em combate indeciso. No dia seguinte, por meio de toque de corneta, manifestaram os inimigos o desejo de parlamentar, e foi por intermédio de um dos seus “línguas” — o mameluco francês Tuim-mirim, que o Capitão ouviu deles a desconcertante declaração de que o tuxaua Diabo Grande (Jurupariáçu) aceitava a paz. Com a condição, porém, de lhe serem entregues dois lugares-tenentes da **bandeira** — Manuel de Miranda e Pedro Cangatã, por exigência, dizia o emissário de uns mulatos crioulos da Bahia, que com os locais se achavam; e, segundo a pinturesca expressão de Frei Vicente do Salvador, eram “maiores diabos que o principal com quem andavam”. (1)

1) — Frei Vicente do Salvador. **História do Brasil**, 3ª ed., revista por Ca-pistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo, Cia. Melhoramentos de S. Paulo, p. 388

Inicia-se, pois, com a própria história cearense, a história do negro no Ceará. Os mulatos e mamelucos crioulos mencionados pelo frade historiador incontestavelmente representam esse início e dão a pensar como tão decisivamente influenciaram os índios da Ibiapaba, a ponto de, por imposição daqueles, deixarem de firmar-se os entendimentos dos beligerantes.

Ainda a narração de Frei Vicente adianta que, para melhor vencer os índios, Coelho de Sousa “mandou fazer uns paveses que cada qual ocupava vinte negros em o levar, e indo detrás deles a bagagem e alguma gente”; mas tudo faz supor que a palavra **negros** aí empregada não se refere aos homens de cor africana e sim a indígenas, como era usual na linguagem do tempo. Costumava-se distingui-los dos pretos, chamando-se a estes negros da Guiné. (2) Coelho não os trazia.

Fracassada a investida de Pero Coelho, com o seu martirólogo assaz conhecido, novamente se procura conquistar o território, desta vez cabendo a missão aos inacianos Francisco Pinto e Luís Figueira, saídos ambos de Pernambuco em janeiro de 1607. Não conduziam, como acompanhantes, senão índios — “obra de sessenta”, — inclusive muitos aprisionados por Pero Coelho, que iam ser restituídos aos seus parentes. Francisco Pinto foi assassinado, na Ibiapaba, pelos ferozes tajarijus e Figueira, escapa de morte igual, pôde escrever depois a **Relação do Maranhão**, minucioso relato daquela viagem de sacrifícios. Aí se nos depara a expressão: “Este negro Cobra Azul é grande feiticeiro”... alusiva ao chefe autóctone em cuja casa — diz textualmente — “não me faltaram purgas e travos bem amargos com que o Senhor foi servido de me exercitar em penitência de meus pecados”. (3) Mais uma prova da confusão feita pelos jesuítas ao designarem os indígenas, com referência à sua cor.

Sabe-se que até 1612 nenhuma nova maior tentativa se fez para colonizar o Ceará. Nesse ano é que, chegado em janeiro, veio Martins Soares Moreno, seguido unicamente de

2) — Brás Amaral. **Fatos da Vida do Brasil**. Bahia, Tip Naval, 1941, p. 96.

3) — **Tricentenário da Vinda dos Portugueses ao Ceará**. Fortaleza, Tip. Minerva, 1903, p. 124.

seis soldados e do padre Baltasar João Correia, para não despertar qualquer animosidade dos nativos. Construiu o fortim de S. Sebastião, no mesmo local em que Pero Coelho levantara o pequeno reduto denominado São Tiago, e tratou de consolidar a posse lusitana do território. Desse seu trabalho nos dá notícia na **Relação do Seará**, escrita em 1618, pela qual se vê que desejava introduzir, no estabelecimento nascente, negros d'Angola, que viriam como parcela do pagamento aos soldados do presídio: "Os pagamentos desta gente que se lhe fazem em Pernambuco, será necessário que a metade se lhe faça em fazenda, para se vestirem, em preços acomodados, e a outra metade em negros de Angola. Com o trabalho destes escravos breve se fará muito e irão os dízimos em crescimento." São palavras suas. (4)

Posteriormente, já feito Capitão-mor do Ceará, mostrou outra vez Martim Soares a intenção de trazer escravos para sua Capitania. É datado de 26 de março de 1621 o parecer do Conselho de Fazenda sobre a concessão, a ele, de seis léguas de terra na Capitania: "Martim Soares Moreno fez petição neste Conselho a Vmgd. que ele foi o primeiro povoador e fundador da Capitania e fortaleza do Seará e por esse e outros serviços e despachou Vmgd. por dez anos para dita praça e porque ele suplicante leva sua casa e pretende meter fábrica na dita Capitania de criações e negros e um trapiche de açúcar, de que há de resultar grande proveito à fazenda Real e aos moradores daquelas partes." (5)

Mas não se conhece indício de que o hajam satisfeito.

Os holandeses, em 1638, tomaram aos portugueses o forte de São Sebastião, e entre os prisioneiros não figura a presença de negros. Também não os havia entre os que compunham a expedição assaltante, comandada pelo major George Gartsman, pois somente vieram 126 soldados e 25 índios.

Sacrificados em 1644 com a destruição daquele fortim pelos índios revoltados, de novo voltaram os flamengos a ocupar o Ceará, desta vez com intuítos mais definidos, quais os de explorar o minério de prata na serra da Taquara ou Itarema.

4) — **Loc cit.**, p. 198.

5) — **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 19, p. 90.

O comando recaíra em Matias Beck que, no dia 20 de março de 1649, saiu “em nome de Deus pelas oito horas da manhã do porto do Recife com os iates e embarcações”, ao todo cinco, transportando 298 pessoas. Entre estas, 10 negros (peças), um dos quais chamado Domingos, “nascido no Siará e escravo muito fiel e mui versado na linguagem indígena”, informa o próprio Beck. (6) Encontrou o chefe da expedição, pertencente aos índios cearenses, outros diversos negros, um de nome João Malemba, escravo de um Sr. Cristóvão Eyserscheter, do Recife, e outro chamado Luís da Mota, de um francês do Rio Grande do Norte. Do mesmo Eyserscheter estavam quatro mais, todos ali morando, fazia muito tempo. Escaparam ao dono quando, num barco deste, eram levados ao Maranhão; e, tocando no Ceará o navio, foram de surpresa agarrados pelos indígenas que, apossando-se dele, mataram todos os tripulantes e passageiros (portugueses, tanto homens como mulheres) “e que a eles, por serem negros, os levaram cativos para servi-los, roubando também todo o dinheiro e mercadorias que havia no mesmo barco”.

Serviam-se dos negros os índios para guiá-los nas correias contra os lusitanos — salienta Roberto Southey. (7)

Os negros de Beck prestaram-lhe bons serviços, ajudando-o no frustrado esforço de conseguir, em condições favoráveis, a prata procurada. Confirma-o no seu **Diário**, em boa hora descoberto pelo Dr. José Higino, ainda que em fragmentos, no arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, em Haia, e traduzido pelo historiador pernambucano Dr. Alfredo de Carvalho. (8)

Malgrado o tentame holandês, com a retirada de Matias Beck e sua gente, em consequência da capitulação da Taborda (janeiro de 1654), voltou a Capitania cearense, definitivamente, ao poder luso com o capitão-mor Álvaro de Azevedo Barreto e as suas quatro companhias de soldados e mais duas

6) — Sobre a atitude dos holandeses para com os negros e a escravidão, leia-se Gonsalves de Melo Neto. **No Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1947, pp. 204 e 230.

7) — **História do Brasil**, trad. de Luís J. de Oliveira e Castro, t. 6º, Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1862, p. 518.

8) — **Tricentenário**, cit., pp. 339-417.

de índios e pretos séquito na verdade avultado, porém indispensável, se levarmos em conta a numerosa indiada ainda simpatizante dos flamengos. (9)

Desde lá até o fim do século, quase nenhum progresso se verificou no povoamento do Ceará. (10)

Durante o século 18 é que a Capitania vai ser invadida até os confins pelos exploradores, gente de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, que se aventurava em busca das ótimas terras de criar, cuja fama logo se tornou notória.

A civilização, que aí se instalou, teve de fazer-se, por isso, em base econômico-social tipicamente pastoril; e, como observa Ferdinand Denis, “cedo se observou que os pretos eram em geral muito desmazelados para que fossem bons pastores; de sorte que os grandes rebanhos do sertão eram confiados a brancos afeitos ao clima e que podem suportar as fadigas; ou, antes, a homens de sangue misturado que descendem da aliança de europeus com indígenas, de preferência aos que provêm de brancos e pretos. Os mamelucos são essencialmente próprios para a vida arriscada do sertão”. (11)

Eis por que não é bastante apreciável a percentagem de elementos afros na urdidura econômica do Ceará, nem alto o índice de sua enxertia racial, no correr da mesma centúria. O crioulo, aqui, é mais da centúria 19, quando se intensificou um pouco a importação negra.

A crônica histórica daquele século é realmente pobre neste tocante. Não nos dá senão poucas referências. O Barão de Studart, tão insistente nas suas pesquisas, só nos transmite esta isolada informação, ao estudar a entrada, no Ceará, dos negros que vieram para as minas de S. José dos Cariris, em 1756: “Não foram estes com certeza os primeiros africanos que aportaram a nossas plagas; em 1742, por exemplo, arribou a Fortaleza o bergantim N.S. do Socorro, S. Antônio e

9) — **Documentos Para a História do Brasil e Especialmente do Ceará**, coligidos pelo Barão de Studart. Fortaleza, Tip. Studart. — 3º vol., p. 219; 4º vol., p. 64.

10) — Na Carta Régia de 25 de janeiro de 1683 ao Governador de Pernambuco, aconselhava-se aos índios e índias que servissem aos Missionários Religiosos “por não terem escravos da Guiné”. **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 36, de 1922, p. 97.

11) — **Descrição Histórica do Brasil**, p. 123.

Almas, contramestre Antônio Carvalho, vindo da costa da Guiné com carregamento de escravos.” (12)

Quanto à história dessas minas, ao contrário, é minudente e esclarece como se organizou, trabalhou e tristemente findou a Companhia que pretendia a sua exploração. A **Lembrança das Entradas**, datada de 29 de outubro de 1755, mostra que do capital subscrito, no total de 8.211\$000, a cota constituída por escravo é de 6.211\$000. Eram 73, dos quais um morreu ainda no Recife. Tantos quantos retornaram a Pernambuco finda a mineração, em agosto de 1758. (13)

Não se colhe melhor esclarecimento sobre o fato de no Ceará terem existido mocambos, salvo algumas pequenas aglomerações de negros foragidos nas vizinhanças das escavações. Deixa clara a existência desses ajuntamentos a carta que Jerônimo de Paz, Intendente das Minas dos Cariris, dirigiu ao tenente-coronel Correia de Sá, Governador de Pernambuco: “O padre Antônio Corrêa Vaz pede uma ordem para um crioulo chamado José Cardigo servir de Capitão do Campo nestes lugares e eu lhe dei em nome de V. Exa. pela necessidade que julgo de que haja quem se empregue nas prisões dos negros fugidos e criminosos que se acham nestes matos amucambados: e me consta que para parte dos Correntes têm saído negros dos mocambos e a algumas pessoas a roubar, e é preciso cuidar muito em destruir estes mocambos e outros que possam ir fazendo...” (14)

Os africanos vindos de Pernambuco e da Bahia ocupavam-se nas fazendas; eram preferentemente incluídos na criação e, como escreve João Brígido, “não conheciam o eito e a senzala dos latifúndios; faziam tão-somente de domésticos, em contato imediato com o senhor”. (15)

“Os distritos de gado — comenta a seu turno Henry Koster — empregavam poucos escravos e estes se ocupavam nas próprias casas. Dificilmente para eles, se não forem criou-

12) — **Notas Para a História do Ceará — Segunda Metade do Século XVIII.** Lisboa, Tip. do Recreio, 1892, p. 64.

13) — **Loc. cit.**, p. 69.

14) — **Loc. cit.**

15) — João Brígido. **Ceará — Homens e Fatos.** Rio de Janeiro, Tip. Bernard Frère, 1919, p. 308.

los, é o tornar-se capazes de perseguir o gado, domar os pol-dros etc. Os escravos ficam em casa trabalhando em ocupa-ções compatíveis com as suas habilidades.” (16)

Por isso, as fugas não eram comuns e as rebeldias muito raras.

Entretanto, convém lembrar o que escreve D. José Tupinambá no seu alentado documentário **História de Sobral**: “Eram bastante numerosos (os escravos) e vinham de Per-nambuco, Maranhão e Bahia. Os senhores não costumavam praticar contra eles os horrores de que estão cheias as crô-nicas do tempo. Em agosto de 1881, havia no Ceará 24. 193 escravos, dos quais Sobral tinha 1.984. Havia, contudo, al-guns de coração endurecido e mau, que mandavam açoita-los cruelmente e depois retalhar-lhes as costas e sobre as feridas punham sal, aumentando indizivelmente as torturas que pa-deciam aqueles indefesos cativos. Muitos enforcavam-se para abreviar os sofrimentos.” (17)

O mesmo autor nos propicia o teor de um documento de 1821, encontrado nos arquivos da Câmara Municipal de So-bral e em que se ordenavam providências para prevenir um levante de escravos denunciado ao Comandante da Vila. En-carregou este ao Sargento-mor, comandante do 1.º Batalhão de Milícias, Francisco Inácio da Costa, de os vigiar e cuidar da segurança da vila, e do Sargento-mor, comandante desta, José Antônio da Silva, exigiu autorizasse, a cada um dos co-mandantes do Termo, a prisão dos negros que lhes constasse servirem de cabeças ou cúmplices da intentada rebelião. Adian-ta o documento que em janeiro seguinte se achavam os es-píritos mais calmos e não havia mais temor da rebelião de-nunciada. (18)

Em referência ao assunto, é bom, também, não esquecer o ofício que, em data de 13 de setembro de 1841, dirigiu o Presidente da Província ao Ministro da Justiça para comu-nicar haver tomado medidas junto às autoridades policiais

16) — **Viagens ao Nordeste Brasileiro**, trad. de Luís da Câmara Cascudo. **Brasília**, nº 221, 1942, p. 521.

17) — **História de Sobral**. Fortaleza, Pia Sociedade de São Paulo, 1952, p. 603.

18) — **Op. cit.**, p. 604.

acerca das tentativas que se dizia estavam sendo feitas para sublevar os escravos africanos. Nesta mesma peça oficial o Presidente manifestava-se com bastantes razões para não crer na existência de emissários encarregados do receado levante. (19)

Não será fora de propósito lembrar aqui os casos de execução por enforcamento, no Ceará, de alguns cativos, cabendo maior destaque a dos pretos autores do hediondo crime do brigue-escuna "Laura 2.a", proveniente do Maranhão com destino a Pernambuco, os quais, em junho de 1839, assassinaram quase todos os membros da tripulação, deram com o barco à praia do Arapaçu, em Aquirás, e foram justicados a 22 de outubro seguinte, em Fortaleza, no então Largo da Pólvora, hoje Passeio Público.

Outros escravos padeceram a morte da forca, por delito contra o senhor. (20) Abatido por um deles, morreu Antônio José Moreira Gomes, o negociante mais rico de Fortaleza, em seu tempo, e ao qual se devem o desenvolvimento do plantio de algodão no Ceará e o início do comércio cearense com a Europa, diretamente. (21)

De ordinário, as fazendas e os sítios de cana-de-açúcar possuíam escravos quase sempre comprados a preço mais baixo, principalmente em Pernambuco, em troca de bois, porque, atacados da **chigua** ou bicho, lá se desvalorizavam. Mas o ar do sertão sem demora os curava, readaptando-os integralmente para os diversos serviços — é outra nota de Koster. Também era comum que pessoas brancas e até de cor mantivessem dois ou três escravos partilhando com elas o produto do seu trabalho diário. Tais escravos eram geralmente criados nas próprias famílias, ou africanos adquiridos muitos moços e por pequeno preço, sendo considerados membros da família, dividindo com esta quanto ganhavam. (22)

19) — **Livro de Correspondência**, 1834, no Arquivo Público do Ceará, fls. 129.

20) — Sobre esses crimes consulte-se Paulino Nogueira, "Execuções da Pena de Morte no Ceará". **Rev. do Inst. do Ceará**, vol. 8, p. 44; João Brígido, **op. cit.**, p. 317.

21) — Raimundo Girão. "O Comendador Machado e sua Descendência", **in Revista do Instituto do Ceará**, vol. 56, p. 14.

22) — Koster. **Op. cit.**, p. 524.

Excetuados aqueles negros da mineração dos Cariris e os que eram assim conseguidos, até a primeira década de 1800 não entraram levas negreiras no Ceará. Comprova-o bem positivamente o ofício expedido pelo governador Barba Alardo de Meneses, em 25 de outubro de 1810, ao Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, que lhe havia recomendado, por ordem do Rei, a remessa anual de mapas demonstrativos do “número de escravos aqui aportados dos presídios de Bissau e Cacheu” Pela resposta se vê que, dos referidos presídios, ainda não se anotavam nenhuns aportados diretamente a esta Capitania, tendo unicamente aparecido, até ali, “setenta dirigidos da Bahia ao negociante Lourenço da Costa Dourado, o qual ainda este ano espera outra porção semelhante”. (23).

As missões jesuítas, se os tiveram, foi em quantidade mínima. Ao tempo da expulsão dos missionários, é certo que nenhuma figura na relação ou mapa geral do quanto produziram as cinco aldeias cearenses a eles tiradas em 1760 — Viçosa, Messejana, Soure, Monte-Mor-Novo e Arronches. Dito mapa registra 15 deles, mas pertencentes à vila de Extremoz, no Rio Grande do Norte. (24)

Igualmente, os engenhos, pela sua geral pobreza, não os mantinham, a não ser um ou outro. Na Descrição **Geográfica da Capitania do Ceará**, imputada a Silva Paulet, mas indubitavelmente da autoria do ouvidor Rodrigues de Carvalho. lê-se que, à época de sua elaboração, havia, no território da vila de Aquirás, “28 engenhocas de fazer rapaduras, tão desaparelhadas que algumas nem escravos têm”. (25)

De tudo o Barão de Studart nos fornece este resumo, em sua **Geografia**: “No primeiro quartel do século XVII havia no Ceará escravos africanos e isso se vê dos inventários da época; seu preço então regulava 40, 45 e 47 bois, alto valor comparado com os índios que eram avaliados em 30\$000 a 50\$000. Esses negros vinham da Bahia e Pernambuco, por terra. Só

23) — Livro do **Registro de Correspondência**, 1809-1819. Arquivo Público do Estado do Ceará, fls. 7v-8. Sobre Costa Dourado, ver Koster, **op. cit.**, nota 18, p. 182.

24) — Barão de Studart. **Notas cit.**, p. 240.

25) — **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 12, 12, p. 15.

nos princípios do século XIX é que se iniciara a importação direta da Costa d'África. O Governador Sampaio calcula haviam entrado, via Pernambuco, de 1813 a 1816, não menos de 350." (26)

A fonte de consulta é a em que se inspirou Brígido: "O Governador (Sampaio) solicitou para o Ceará, em fevereiro de 1818, a graça de poder importar escravos d'África, como se tinha concedido à Capitania do Pará. Não foi, porém, concedida, porque ele mesmo, em outubro do ano seguinte, comunicava ao governo que, havendo entrado aqui o cúter "Sirene", procedente da ilha Boa Vista, do arquipélago do Cabo Verde, com 30 africanos tirados da Costa d'África, donde era proibido exportar, segundo o alvará de 26 de janeiro de 1818, ele os tinha apreendido, mandando processar os infratores." (27)

Todavia, é fora de discussão que, em 29 de abril do ano posterior (1819), a Junta da Real Fazenda mandou construir, em terreno do sítio Jacarecanga, de propriedade do brigadeiro Francisco Xavier Torres, à beira-mar, em Fortaleza, um lazareto, para que nele "sejam recolhidos os escravos que alguns negociantes começam a importar diretamente da África" e, mais ao centro do mesmo sítio, um hospital para bexigosos. Tal lazareto foi concluído em 27 de maio e se destinava à primeira localização de africanos desembarcados, quase sempre doentes ou molestados, fazendo-se aí a triagem necessária. (28)

Faltam referências acerca do mercado ou praça de venda de negros em Fortaleza, como, p.ex., o da Rua dos Judeus, hoje do Bom Jesus, no Recife. Tudo indica que não houve.

26) — Barão de Studart. **Geografia do Ceará**. Fortaleza, Tip. Minerva, 1924, p. 278. Os escravos sempre tiveram alto preço. Por exemplo, no inventário de Vitoriano Correia Vieira, de 1740 (Quixeramobim), o valor do escravo bem formado era de 70\$000; o de um novo, 30\$000. Uma das escravas, de nome Valéria, foi avaliada em 220\$000. Ao passo que neste mesmo inventário um boi figura por 2\$500, uma vaca por 1\$600, um garrote por \$600, um cavalo de sela por 10\$000. Na segunda metade do século passado, o preço variava de 600\$000 a 1:200\$000.

27) — **Ceará — Homens e Fatos, cit.**, pp. 217 e 478.

28) — **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 13, p. 165.

Também não há estatísticas seguras sobre o montante numérico dos cativos. O presidente José Martiniano de Alencar (Senador Alencar) na sua primeira Fala ou Mensagem à Assembléia Provincial, de 1835, calculou, dizendo-se sem medo de errar, em 200 mil os habitantes da Província, destes “apenas a oitava parte escrava”. (29) Vale dizer: 25.000. Tomara o notável governante, por base, os arrolamentos de 1813, de iniciativa do Governador Sampaio, nos quais por certo se arrimou também Barba Alardo para afirmar, na sua conhecida **Memória** (1814): “eu tenho que toda a população em geral excede de 150.000 almas”, sem contudo aludir ao índice percentual de escravos. Na Fala de 1º de agosto de 1836, tal qual o fizera anteriormente, alegava Alencar que os males econômicos da Província “partem da falta de braços que se empreguem na lavoura; o que, sendo geral em todo o Brasil, mais notável se faz no Ceará, onde a escravatura sempre foi pouca, não tendo havido muita introdução de africanos”; e daí a necessidade de trazer colonos europeus para o Ceará, no que ele tanto se empenhou.

Nesta primeira gestão do mesmo Alencar, deram à barra do rio Ceará duas embarcações que se destinavam ao Cabo Branco, com um contrabando de 177 africanos, os quais foram apreendidos, com exceção de sete. (30) Destes o Presidente empregou 30, “dos mais robustos”, em obras públicas. Confiou os outros a particulares, “excitando para isto a sua filantropia e caridade”, o que foi aprovado pelo Governo Central. (31)

No seu **Le Métissage au Brésil**, Artur Ramos, colhendo-os de Pandiá Calógeras, põe em destaque dados estatísticos publicados pelo conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, em 1819, segundo os quais o Ceará tinha 201.710 hab., sendo 145.731 livres e 55.439 escravos, ou seja, 27,6% a percentagem, somente não inferior à do Rio Grande do Norte (12,8%), Paraíba (17,4%) e Paraná 17,2%). A do Piauí

29) — **Loc. cit.**, vol. 13, p. 165.

30) — Barão de Studart. **Datas e Fatos**, vol. 2, p. 102. — **Coleção Studart**, vol. não numerado, no qual se contém cópia do ofício dirigido por Alencar ao Ministro da Justiça, datado de 1.10.1835.

31) — **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 61, p. 287.

era de 20,3%, e as maiores — a do Maranhão (66,6%), Goiás (12,8%), Mato Grosso (38,6%) e Alagoas (38,39%). (32)

Há exagero evidente nas cifras que o Conselheiro registrou no seu trabalho — A Igreja do Brasil — relativamente aos cativos existentes, então, no Ceará, porquanto o senador Pompeu, homem de prudentes assertos, nos assegura ser de 400 065 habitantes a população cearense em 1854, apenas incluídos 32 229 escravos (16 317 homens e 15 912 mulheres), conclusão a que chegou jogando com o crescimento demográfico de 1839 àquele ano. Se exagerado para mais o cálculo de Veloso, muito mais o é, para menos, o apontado por Eugênio Ega, em nota a Armitage, segundo a qual a população livre do Ceará, em 1831, era de 150 000 almas, enquanto a escrava atingia 10 000. (33)

O censo de 1851 encontra 28 546.

Para 1857 o quadro, a seu ver, seria este:

Livres	477 276
Escravos	35 011
	<hr/>
	482 287

Mais chocantes com os conselheiros Veloso são os dados da Secretaria da Presidência, levantados como preliminares do recenseamento a ser feito em 1841 e que insinuam contar o Ceará, em 1839, com 208 087 pessoas, delas apenas 14 881 não livres pois que nada explica houvessem estes decrescido tanto.

Por sua vez, esse cômputo não contém exatidão, visto como o cálculo de 1870 orçava em 25 727 a gente escrava, e o censo geral de 1872 fixou-a em 31 913 (14 941 homens e 16 972 mulheres), já bem abaixo dos números aceitos pelo Senador Pompeu, no seu Ensaio Estatístico, (34) isto é, 35 441, em 1860.

E não é de subestimar que em 1845-46 sofreu o Ceará terrível seca, de cujos efeitos o historiógrafo Théberge dá testemunho pessoal: “O comércio que se alimenta na província do produto do gado e dos animais cavalares sofreu um abalo irre-

32) — *Le Métissage au Brésil*. Paris, Hermann et Cie. Editeurs, 1952, p. 22

33) — Armitage. *História do Brasil*, 3ª ed. brasileira. Rio de Janeiro, Editora Zélio Valverde 1943, p. 207.

34) — *Ensaio Estatístico do Ceará*. Fortaleza, Tip. Brasileira, 1863, p. 295.

parável; as casas de negócio, não recebendo dos compradores os produtos das suas vendas, também não puderam cumprir seus tratos e afinal quebraram. Além disto, grande parte da escravatura da província foi vendida para remir as necessidades dos seus possuidores sendo exportados para outras províncias do Império. o que deu causa a definhar ainda mais a pouca agricultura nela adotada.” (35)

O mencionado conso geral de 1872 traz os seguintes detalhes, no tocante ao Ceará:

Livres: 689 773, sendo 350 906 homens e 338 867 mulheres;
Escravos: 31 913, sendo 14 941 homens e 16 972 mulheres.
Total: 121.686, sendo 365.847 homens e 355.839 mulheres.

ESCRAVOS:		ESCRAVAS:	
Solteiros	13.870	Solteiras	15.797
Casados	919	Casadas	979
Viúvos	152	Viúvas	196
Pardos	8.539	Pardas	9.715
Pretos	6.402	Pretas	7.257
Brasileiros	14.904	Brasileiras	16.910
Estrangeiros	37	Estrangeiras	62
Analfabetos	14.906	Analfabetas	16.960
Ler e escrever	35	Ler e escrever	12

(36)

Este total negro de 31.913 não aumentaria mais. A lei do ventre livre viera estancar a reprodução cativa e, pelo diploma legislativo provincial nº 1254, de 28 de dezembro de 1868, muitas manumissões se faziam todos os anos. Ao lado disso, a exportação para Sul do País cada vez mais se incrementava com a necessidade de braços na cultura do café.

Pelo porto de Fortaleza em 1872 embarcaram 291; 505 em 73; 710 em 74; 894 em 75; e 768 em 76. Ao todo 3.168. Sobreveio a seca de 1877-79 e durante ela saíram mais, pelo mesmo porto 1.725 em 77; 2.909 em 78; e 1.925 em 79, elevando aquele total para 9.727.

Rodolfo Teófilo descreve como os senhores, esgotados os recursos — o gado e a venda do último objeto de valor — pas-

35) — Pedro Théberge. **Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará**, 3 partes editadas em épocas diferentes, 3ª parte. Fortaleza, Tip. Stuardart, 1895, 1895, p. 217.

36) — **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 25, p. 50.

saram a vender os seus negros aos especuladores que “percorriam os sertões trocando um escravo por uma carga de farinha. Os mascates, entre eles os italianos, que nos tempos normais viviam de vender quinquilharias no centro, abandonaram a caixa de miçanga e se entregaram ao tráfico de escravos. Rara era a semana em que não entrassem bandos de cativos do interior, que os italianos compravam por pouca mais ou nada e tornavam a vender às casas negreiras, que os remetiam para os mercados do sul”. (37)

Na capital cearense tiveram destaque, neste negócio condenável comerciantes de alta importância e conceito que, pelos jornais, sem qualquer escândalo, anunciavam a compra nefanda. Os franceses Jacob Cohn, estabelecido desde 1848, Henrique Walkmann e Josef Alcain; Telésforo Caetano de Abreu, Manuel Cornélio Ximenes, as firmas Luís Ribeiro da Cunha & Sobrinhos, Francisco Coelho da Fonseca & Irmão, Joaquim da Cunha Freire & Irmão, Viúva Salgado, Sousa & Cia, são nomes que frequentemente aparecem como compradores nos livros de escrituras abertos nos cartórios da cidade, ex vi do Dec. 2.699, de 28 de novembro de 1860, e hoje guardados no Arquivo Público do Estado (ns. 356 a 362).

Faziam-se as vendas, na maior parte, para conveniência dos intermediários ou traficantes, por meio de recibos passados a estes e de procuração que lhes autorizava a venda no Rio de Janeiro. Se, no trajeto do sertão para Fortaleza alguém oferecesse vantagens compensadoras transferia-lhe o traficante procuração e, desta forma, acontecia que o escravo, antes de chegar ao destino, já estivera na posse de diversos donos, com lucros para cada qual, mas prejuízo para a Fazenda da Província, que somente receberia a sisa por ocasião da última barganha. (38)

Conforme quadro estatístico levantado pelo presidente Sanchinho de Barros Pimentel e remetido ao Ministro da Agricultura, o elemento servil no Ceará, em agosto de 1881, já estava reduzido a 24.463 cativos e 7.436 ingênuos, contra a população total de

37) — Rodolfo Teófilo. **História da Seca do Ceará (1877-1880)**. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922, pp. 139 e 360.

38) — **Libertador**. Fortaleza, ed. de 10.11.1882.

721.600. A redução — acrescenta o governante — decorria do “grande comércio de exportação deles para as províncias do sul, da propaganda da manumissão a título oneroso ou gratuito; dos óbitos ordinários e extraordinários; das epidemias reinantes no longo período da seca e da corrente de emigração que se estabeleceu naquela época anormal”.(39)

O **Libertador** de 1 de janeiro de 1884 registra como sendo de 31.516 a população escrava do Ceará, assim distribuída pelos diversos municípios: Fortaleza-Messejana, 1.273; Aracati-União (Jaguaruana), 1.159; Granja-Palma (Coreaú), 1.240; Acaraú, 440; Aquirás, 449; Acarape (Redenção), 115. Assaré, 512; Barbalha-Missão Velha, 711; Baturité, 789; Canindé-Pentecoste, 516; Cascavel, 807; Crato, 835; Icó, 731; Ipu, 736; Imperatriz (Itapipoca), 882; Jardim, 446; Jaguaribe-Cachoeira (Solonópole), 608; Limoeiro (do Norte), 608; Lavras, 768; Maranguape-Soure (Caucaia), 847. Maria Pereira (Mombaça), 438; Milagres, 586; Morada Nova, 367; Pedra Branca, 157; Pacatuba, 298; Pereiro, 465; Quixeramobim, 1.924; Quixadá 298. S. Francisco (Itapajé), 427; S. Bernardo (Russas), 1.972; Santa Quitéria 820; Santana do Acaraú, 941; São Mateus (Jucás), 499; Saboeiro-Brejo Seco (Brejo Santo), 1.130; São João do Príncipe (Tauá)-Arneirós, 1.955; S. Benedito-Ibiapina, 135; Telha (Iguatu), 251; Trairi 249; Tamboril, 614; Viçosa do Ceará), 323; Várzea Alegre, 153.

Aceita o Barão de Studart que no dia da libertação total, em 1884, havia na Província 30.000 escravos, (40) ao passo que Sousa Pinto os estima em 31.754. (41) Em 30.000 mais acertadamente calculava Rodolfo Teófilo os existentes ao começar a seca de 1877-79. (42) Na verdade os 31.913 do censo de 1872, em virtude dos fatores apontados por Barros Pimentel, não podiam ser, no momento inicial da batalha libertadora, senão aqueles por ele indicados.

Daí por diante, os libertadores fariam esse número cair ao zero.

39) — Djacir Menezes. **O Outro Nordeste**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1937, cap. IV.

40) — **Geografia**, cit., p. 278.

41) — **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 48, p. 185.

42) — **História da Seca**, cit., p. 138.

